

MENSAGEM N° 118

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00041/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Malawi, cumulativamente ao cargo de embaixador do Brasil na República da Zâmbia que atualmente ocupa.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO N° 144/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA, Ministro de segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Malawi, sem prejuízo das atribuições do cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101353** e o código CRC **39BCEAFF** no site:
[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002893/2023-12

SUPER nº 4101353

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ARTHUR HENRIQUE VILLANOVA NOGUEIRA

CPF: 013.111.428-00

ID.: 9896226 SSP/SP

1956 Filho de Edward Nogueira Junior e Maria Regina Euler Villanova Nogueira, nasce em 30 de outubro, em Belo Horizonte/MG

Dados Acadêmicos:

1979 Letras, Tradutor e Intérprete, Inglês e Alemão, pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, São Paulo/SP
1980 Direito pela Universidade de São Paulo
1980 CPCD - IRBr
1985 CAD - IRBr
2014 CAE: Kôssovo: Província ou País? A Posição do Brasil

Cargos:

1981 Terceiro-secretário
1984 Segundo-secretário
1990 Primeiro-secretário, por merecimento
2002 Conselheiro do Quadro Especial
2014 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1981-85 Departamento Geral de Administração, assistente
1985-87 Embaixada em Lisboa, segundo-secretário
1988-90 Embaixada em Abu Dhabi, segundo-secretário, conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios
1990 Embaixada em Havana, segundo-secretário, primeiro-secretário e Encarregado de Negócios
1991-93 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
1993 Prefeitura do Rio de Janeiro, Gabinete do Prefeito, assessor
1993-97 Delegação Permanente em Genebra, primeiro-secretário
1997-01 Consulado-Geral em Montreal, Cônsul-Adjunto
2000-07 Secretariado da Convenção para Diversidade Biológica, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Principal Officer, Montreal, Canadá
2007-08 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Senior Governance Advisor, Nairobi, Quênia
2008-11 Embaixada em Abu Dhabi, conselheiro, ministro-conselheiro, comissionado
2011-16 Embaixada em Belgrado, conselheiro, ministro-conselheiro
2016-20 Embaixada em Hanói, ministro-conselheiro
2020- Embaixada em Lusaca, embaixador

Condecorações:

1990 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
2019 Medalha "Mérito Santos-Dumont"

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO MALAWI



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Divisão de África Austral e Lusófona – DIAAL
Fevereiro de 2022

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Malawi
GENTÍLICO	Malawiano
CAPITAL	Lilongue
ÁREA	118.484 km ² (pouco maior que o estado de Pernambuco)
POPULAÇÃO	19,8 milhões (2021)
IDIOMAS	Inglês e Chewa (oficiais); Tumbuka, Yao, Tonga, Sena, Lomwe, Ngonde, Lambya
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (79,9%); islamismo (12,8%); outros (7,3%).
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional unicameral
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Lazarus Chakwera (desde 28/06/2020)
MINISTRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO	Nancy Tembo (desde 27/01/2022)
IDH	0,486/174º no mundo
PIB (2021)	US\$ 7,74 bilhões (Banco Mundial)
PIB PPP (2021)	US\$ 12,63 bilhões (Banco Mundial)
PIB PER CAPITA (2021)	US\$ 394,20 (Banco Mundial)
EXPECTATIVA DE VIDA	65 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Kwacha do Malawi
EMBAIXADA CUMULATIVA EM LUSACA (ZÂMBIA)	Embaixador Arthur Nogueira Villa Nova (embaixador designado)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Embaixador Levi Njombole Nyondo

PERFIS BIOGRÁFICOS

Lazarus McCarthy Chakwera Presidente da República



Nascido em Lilongue em 5 de abril de 1955, Lazarus Chakwera graduou-se em Filosofia pela Universidade do Malawi em 1977. Estudou Teologia na Universidade da África do Sul, onde obteve mestrado em 1991. Foi laureado com doutorado em Teologia pela Universidade Internacional da Trindade, de Illinois, EUA, em 2000.

Passou a integrar a Assembleia de Deus do Malawi em 1983 e tornou-se presidente da instituição em 1989, posição que manteve até 2013. Naquele ano, anunciou intenção de concorrer à presidência do Malawi pelo opositor Partido do Congresso do Malawi (MCP, na sigla em inglês). Perdeu a eleição para Arthur Mutharika, porém elegeu-se para o Parlamento pela comarca de Lilongue Noroeste.

Ao sair da presidência da Assembleia de Deus passou a concentrar-se na política, afirmando seguir “servindo Deus, mas em outro contexto”. Uniu-se ao opositor Saulos Chilima para formar a Aliança Tonse nas eleições de 2020. Foi eleito presidente com 59% dos votos.

O atual mandatário anunciou a intenção de concorrer à reeleição em 2025.

Nancy Tembo
Ministra dos Negócios Estrangeiros



Nascida em Mangochi, Malawi, em 1959, Nancy Tembo é formada em Administração pela Universidade do Malawi e tem mestrado em Administração pela Universidade Metropolitana de Leeds, Reino Unido.

Iniciou a carreira política em 2004, quando se elegeu como membro do Parlamento pela comarca de Lilongue Sudoeste pelo opositor Partido do Congresso do Malawi. Em 2009, foi derrotada na busca por reeleição. Em 2012, foi indicada como integrante da Comissão Eleitoral do Malawi, na qual serviu até 2016. Disputou, em 2018, as eleições primárias do MCP e, após controvérsias, não foi indicada candidata. Lançou-se candidatura independente e venceu com grande margem de votos sua concorrente.

Durante as eleições presidenciais de 2019, juntou-se à Aliança Tonse, liderada por Lazarus Chakwera e, em seguimento à anulação do pleito, naquele ano, e reagendado para 2020, saiu-se vitoriosa. Foi designada ministra dos Recursos Naturais e Mudança Climática no primeiro gabinete de Chakwera, em julho de 2020.

Nomeada chanceler, em janeiro de 2022, após reformulação do gabinete ministerial.

Levi Njombole Nyondo
Embaixador do Malawi no Brasil



Nascido em 1957, em Chitipa, no Malawi, foi professor do ensino fundamental entre 1983 e 1985. Concluiu o seminário “Zomba Theological College” em 1988 e graduou-se em teologia pela “Universidade Justo Mwale”, de Lusaca (Zâmbia), em 1997. É doutor pela Universidade de Jerusalém em Chennai (Índia), no campo dos estudos bíblicos.

Exerceu o sacerdócio em quatro paróquias em seu país natal, entre 1988 e 2008, tendo também atuado, entre 2001 e 2002, em paróquias no Reino Unido. Ocupou diversos cargos no âmbito do Sínodo Presbiteriano da África Central, em Livingstônia (Norte do Malawi), entre os quais, secretário-geral e reitor da Universidade de Livingstônia.

No Governo do Malawi, foi presidente do Conselho Aquífero da Região Norte e integrante do Escritório de Pesos e Medidas.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais, inicialmente conduzidas em caráter cumulativo por embaixadas sediadas em outras capitais, começaram a ganhar impulso após a visita do então presidente Bingu wa Mutharika ao Brasil, em setembro de 2009, e à abertura das embaixadas residentes do Malawi em Brasília, em 2009, e do Brasil em Lilongue, em 2014. Durante a visita de Mutharika ao Brasil, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países.

Em 2011, foi inaugurada a mina de Moatize, na província moçambicana de Tete, de propriedade da companhia brasileira Vale, em sociedade com o conglomerado japonês Mitsui Corp. Para escoamento do carvão de Moatize, iniciou-se a construção e reforma de infraestruturas do Corredor Logístico de Nacala, de 912 quilômetros de extensão total, atravessando 250 quilômetros de território malawiano. O empreendimento, de propriedade da Vale, foi concluído em 2017, ocasião em que o então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, efetuou a primeira visita de chanceler brasileiro ao Malawi na História. O valor dos investimentos da Vale somente no trecho malawiano da obra foi estimado em cerca de US\$ 1 bilhão.

Durante a visita do então ME Aloysio Nunes a Lilongue, em maio de 2017, foram assinados quatro acordos bilaterais: (i) facilitação de vistos de negócios; (ii) isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; (iii) consultas políticas; e (iv) autorização de trabalho para dependentes do pessoal diplomático. Antes da visita do chanceler brasileiro, o único instrumento celebrados entre os dois países foi o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) - assinado em 25/6/2015, em Brasília, e foi aprovado e ratificado pelo Congresso Nacional em junho de 2017.

No início de 2021, a Vale anunciou decisão estratégica de desinvestir-se de seus ativos de carvão e apostar em mineração de baixo carbono. Em 25 de abril de 2022, a mineradora brasileira concluiu o processo de venda e transmissão da operação do Corredor Logístico de Nacala (bem como da mina de carvão de Moatize) para a empresa india Vulcan Resources, com a aprovação jurídica do governo do Malawi, por cerca de € 253 milhões.

Após ampla consulta às áreas pertinentes, o Ministério das Relações Exteriores decidiu, por razões de ordem administrativa, encerrar as atividades da Embaixada do Brasil em Lilongue em novembro de 2021. Em 2 de maio de 2022, o posto foi formalmente extinto pelo Decreto n.º 11.058 e as relações do Brasil com o Malawi passaram a ser atribuição cumulativa da Embaixada do Brasil em Lusaca, Zâmbia.

COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira no Malawi é pequena, de cerca de 60 pessoas, e pode ser dividida em três grupos principais: (i) grupo de líbano-brasileiros, centrado em Lilongue; (ii) funcionários da Central East African Railways, baseados em sua maioria em Blantyre; e (iii) missionários religiosos e voluntários de ONGs espalhados pelo país.

Vivem também no Malawi alguns poucos profissionais brasileiros que atuam em áreas diversas, a maioria em empresas ligadas à comercialização de tabaco. A comunidade libanesa tem, de maneira geral, mais ligações com o Líbano do que com o Brasil.

Estima-se, ademais, que cerca de dez casais brasileiros têm ido, por ano, ao Malawi para adotar crianças. O fenômeno seria movido pela crescente divulgação no Brasil do processo de adoção no Malawi, considerado ágil, e pelo exemplo de celebridades brasileiras que adotaram crianças malawianas nos últimos anos.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A pauta de cooperação com o Malawi é composta por dois projetos em execução: i) Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze, executado em conjunto com Moçambique; e ii) Iniciativa “Integração africana para o melhoramento genético sustentável do algodão”. Pelo lado brasileiro, compete à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) apoiar os projetos juntos com entidades parceiras.

O projeto Shire-Zambezi é executado em conjunto com Moçambique. Sua segunda fase foi discutida e validada em Lilongue em junho de 2022. Busca-se capacitar conjunto de instituições reguladoras e pesquisadoras da cultura do algodão no Malawi a aumentar a média de produtividade e produção de algodão no país.

Assinada em 12 de janeiro de 2021, a iniciativa foi integrado pelo Malawi e outros 14 países africanos teve como objetivo identificar variedades de algodão mais adaptáveis e resistentes às secas e pragas.

Ademais do algodão, identificaram-se demandas de cooperação técnica em outras 3 áreas: i) piscicultura; ii) pecuária e uso da palma forrageira para alimentação de rebanho bovino; e iii) plantio e uso de trigo e sisal para fins industriais e artesanais. Em junho de 2022, discutiram-se os principais eixos de cooperação a serem explorados nos três setores. Na ocasião, a equipe brasileira comprometeu-se a elaborar propostas de projetos nas áreas apresentadas.

Tendo a Embaixada do Brasil em Lilongue encerrado suas operações no final de 2021, a ABC estuda a possível abertura de “escritório de

cooperação” naquele país. A intenção foi antecipada à parte malawiana durante a visita do Ministro da Agricultura.

Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais

O Malawi participou de um projeto de cooperação trilateral com organismos internacionais na área de alimentação escolar (Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar), executado em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos em Brasília.

Em execução:

1) PMA/10/01/BRA - Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar, assinado em 2010, executado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), no valor de US\$ 15,1 milhões e vigência prevista até 30 de junho de 2023. Esta iniciativa conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como instituição brasileira cooperante, e 23 países da África e da Ásia, incluindo Malawi. O objetivo do programa é reforçar a capacidade e os conhecimentos, em nível nacional em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar, e apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional.

No âmbito do Programa, em 2011, uma missão do Governo brasileiro esteve no Malawi para discutir áreas potenciais de colaboração. A missão destacou as políticas de segurança alimentar e proteção social brasileiras como exemplos inspiradores. Em março de 2012, representantes do Governo do Malawi vieram ao Brasil para uma visita de estudos, que resultou em plano de ação com indicação de investimento em uma política nacional de alimentação escolar, saúde e nutrição. Para apoiar a construção dessa política, o Programa selecionou uma consultora internacional nutricionista para dar suporte durante o processo. Um dos resultados diretos da visita de estudos foi a integração da parte de nutrição na Política de Alimentação Escolar do país.

Em setembro de 2012, o Brasil recebeu uma nova missão, desta vez com integrantes técnicos e de alto-nível do Governo do Malawi. Em março de 2013, o Governo do Malawi considerou importante a realização de nova missão com a presença dos tomadores de decisão e com foco na experiência brasileira na conexão das compras locais com os programas de políticas públicas, em particular o Programa de Aquisição de Alimentos

(PAA). No mês de outubro de 2013, o Malawi organizou, com o apoio do PMA local, e do Programa, um seminário nacional para discussão e validação da Política de Alimentação Escolar. Delegação brasileira, composta por membros da área de educação e agricultura, além da ABC, participou da missão, com o objetivo de preparar a versão final da Política, tendo implementado alguns pilotos de alimentação escolar conectadas com a agricultura local comprada de agricultores familiares. Em 2017, a Política Nacional de Saúde Escolar e Nutrição foi aprovada pelo governo de Malawi.

Cooperação Técnica Trilateral

A ABC está avaliando a possibilidade de cooperação técnica trilateral na cadeia produtiva do chá, em parceria com Governo britânico e entidades brasileiras.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Em decorrência da passagem devastadora do ciclone tropical Ana, em 25/1/2022, seguida de intensas chuvas, inundações e fortes ventos, deixando cerca de 220 mil vítimas desabrigadas ou deslocadas internamente, o governo malawiano, por intermédio de sua embaixada em Brasília, solicitou ao Governo brasileiro assistência humanitária.

Em resposta, o governo brasileiro doou 5 toneladas de alimentos desidratados nutricionais e 50 purificadores de água, equipados com "kit" voltaico, para assegurar-lhes autonomia de energia, e itens de reposição. A chegada dos itens ao Malawi ocorreu em 10 de fevereiro de 2023.

POLÍTICA INTERNA

O Malawi, antiga Niassalândia, tornou-se independente do Reino Unido em 1964, sob a liderança de Hastings Kamuzu Banda. Banda, que

implantou um regime autoritário e unipartidário, permaneceu no poder até 1994. Sob forte pressão interna e internacional, o regime de Banda deu início a uma abertura na década de 1990, autorizando o multipartidarismo e concordando em submeter-se a eleições. Banda foi derrotado nas eleições de 1994 por Bakili Muluzi, líder da Frente Democrática Unida (UDF). Muluzi foi reeleito em 1999 e governou até 2004.

O Governo Muluzi teve o mérito de ter instaurado a democracia no Malawi e de ter iniciado reformas que levaram o país a crescimento econômico da ordem de 9% em alguns anos da década de 1990.

Bingu wa Mutharika assumiu a presidência em 2004 pela *United Democratic Front* (UDF) e foi reeleito em 2009 com 66% dos sufrágios pelo *Democratic People's Party* (DPP). Ao longo de sua gestão, Mutharika centrou suas atenções no saneamento financeiro do Estado e no combate à corrupção. Buscou desenvolver infraestruturas e a cooperação com Moçambique.

Em 2012, Joyce Banda tornou-se presidente do Malawi após a morte de Mutharika. No poder até 2014, Banda foi a primeira mulher a assumir o cargo no país e apenas a segunda mulher a assumir a posição de chefe de estado na África (após a liberiana Ellen Johnson Sirleaf). Em 2014, no entanto, Joyce Banda foi derrotada por Arthur Peter Mutharika nas eleições presidenciais.

Em 2019, Peter Mutharika foi reeleito com 39% dos votos, derrotando os dois principais opositores, Lazarus McCarthy Chakwera, do Malawi Congress Party (MCP, 35% dos votos) e Saulos Chilima, do United Transformation Movement (UTM, 20%).

Terminada a eleição, a oposição imediatamente alegou fraudes e judicializou a questão. Ao longo de meses, uma intensa campanha unindo oposição e sociedade civil tomou as ruas, até que, em fevereiro de 2020, a Corte Constitucional anulou as eleições e determinou nova disputa em prazo máximo de 150 dias. Em sua decisão, a Corte também mudou o entendimento anterior e declarou que somente seria declarado vencedor o candidato que obtivesse 50% mais 1 dos votos.

As novas eleições presidenciais ocorreram em 2 de julho de 2020. Chakwera e Chilima formaram uma coalizão de 9 partidos, com Chakwera concorrendo à presidência e Chilima como vice. A Aliança Tonse, "todos nós" em idioma chichewa, venceu com 59,34% dos votos, contra 39,92% de Arthur Peter Mutharika. A vitória de Chakwera foi antecipada pela maioria dos analistas, seja pelo maior rigor na prevenção de fraudes, seja pela impopularidade de Mutharika.

Lazarus Chakwera tomou posse e logo teve de enfrentar a crise da Covid-19. A economia local sentiu o impacto da diminuição de negócios, da ajuda enviada pelos "development partners", das transferências de migrantes e do influxo de turistas.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o Governo Banda, o Malawi se notabilizou por sua proximidade da África do Sul “aparteísta”. O país estabeleceu relações oficiais com o regime do *apartheid* em 1967, tendo inclusive o Presidente Banda sido o único Chefe de Estado africano a realizar visita oficial à África do Sul naquele período. Ademais, Banda desenvolveu política de boa vizinhança com Portugal, entre 1964 e 1974, a fim de garantir acesso aos portos de Moçambique (então ainda colônia portuguesa), fundamentais para o escoamento de seus produtos e a importação de combustíveis. Por essa razão, o Malawi esteve isolado no contexto africano até o início da redemocratização, em 1994.

Hoje, o Malawi mantém boas relações com seus vizinhos e é membro da União Africana, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA). As relações são naturalmente mais próximas com os vizinhos Zâmbia, Zimbábue e Moçambique, além da importante relação com a África do Sul, o maior parceiro comercial do país.

O Malawi aproximou-se também dos países desenvolvidos, dos quais recebe importantes contribuições no formato de ajuda para o desenvolvimento.

ECONOMIA

A base da economia malawiana é a agricultura, responsável por 35% a 40% do PIB, bem como por 85% do emprego e por 90% das exportações. Os produtos mais importantes são o milho, base da alimentação da população, e o fumo, que representa em torno de 70% das exportações nacionais. O Malawi exporta ainda açúcar, chá e algodão.

Na condição de país de menor desenvolvimento relativo (LDC), o Malawi detém participação bastante reduzida no comércio internacional: o país é o 153º entre os exportadores e 154º entre os importadores, o que corresponde a menos de 0,01% do comércio internacional.

O Malawi enfrenta considerável desigualdade regional. Enquanto sul do país é a região mais densamente povoada e com maior desenvolvimento industrial e comercial, o norte é esparsamente povoado e centro com as melhores terras agricultáveis.

O setor industrial é pouco desenvolvido, mas o país tem atraído a atenção por seu potencial em mineração.

Durante a Guerra Fria, o Malawi colheu os benefícios do alinhamento com o campo capitalista sob a forma de assistência financeira. Após a democratização do país, essa tendência refletiu-se em políticas liberalizantes. Um dos resultados dessa postura foi a instituição do *Malawi Investment Act*, norma que estabelece amplas garantias a investidores estrangeiros. O país não impõe qualquer obrigação de participação local nos investimentos estrangeiros e assegura amplo direito de repatriação de recursos.

A condução da política econômica do Malawi também é fortemente condicionada pelo alto grau de dependência das instituições financeiras internacionais, em particular FMI e Banco Mundial.

Apesar da vulnerabilidade da gerada pela elevada participação da agricultura não-irrigada no PIB – dependente de condições climáticas favoráveis, a economia do Malawi vinha crescendo constantemente até a pandemia de Covid-19: 4% em 2017; 4,4% em 2018; 5,4% em 2019; 0,8% em 2020 e 2,8% em 2021 (dados do Banco Mundial). A renda per capita por paridade de poder de compra passou de US\$ 315,00 em 2016 para US\$ 642,70 em 2021.

ANEXOS

Cronologia das Relações Bilaterais

1991: Decreto de criação da Embaixada do Brasil no Malawi, a princípio cumulativa com Lusaca.

2009: Visita oficial do presidente Bingu wa Mutharika ao Brasil (setembro).

2010: Abertura da Embaixada do Malawi em Brasília; publicação do decreto que estabelece a criação da Embaixada do Brasil em Lilongue.

2014: Início das operações da Embaixada do Brasil em Lilongue.

2015: Assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

2017: Visita do ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira ao Malawi, primeira de chanceler brasileiro ao país na História.

2017: Assinatura de acordos de (i) facilitação de vistos de negócios; (ii) isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais e de serviço; (iii) consultas políticas; e (iv) autorização de trabalho para dependentes do pessoal diplomático.

2017: Conclusão do Corredor Logístico de Nacala pela mineradora brasileira Vale.

2021: Vale anuncia desinvestimento em ativos de carvão, incluindo a mina de Moatize e o Corredor Logístico de Nacala.

2021: Fechamento temporário de Brasemb Lilongue, em 19/11.

2022: Vale conclui processo de venda e transmissão da operação do Corredor Logístico de Nacala (bem como da mina de carvão de Moatize) para a empresa indiana Vulcan Resources, (25 de abril de 2022).

2022: Embaixada do Brasil em Lilongue extinta pelo Decreto n.º 11.058 (2 de maio de 2022); relações do Brasil com o Malawi passam a ser atribuição cumulativa da Embaixada do Brasil em Lusaca, Zâmbia.

Cronologia Histórica

1891: Reino Unido estabelece o protetorado da Niassalândia.

1944: Criação do partido nacionalista *Nyasaland African Congress*, depois rebatizado *Malawi Congress Party* (MCP).

1953: Criação da Federação Centro-Africana, unindo os atuais Malawi, Zâmbia e Zimbábue.

1959: Hastings Banda torna-se líder do MCP.

1961: O MCP recebe 94% dos votos em eleições legislativas.

1963: A Federação Centro-Africana é dissolvida e o Malawi recebe autonomia.

1964: Independência, sob a liderança de Banda.

1966: Constituição estabelece Estado unipartidário.

1971: Banda é designado presidente vitalício.

1978: Primeiras eleições do Malawi independente, mas só com candidatos do MCP pessoalmente aprovados por Banda.

1992: Organização da oposição e começo da abertura.

1993: Referendo rejeita Estado unipartidário.

1994: Primeiras eleições democráticas; Bakili Muluzi (UDF) eleito.

1999: Bakili Muluzi reeleito.

2004: Bingu wa Mutharika (UDF) eleito Presidente.

2005: Arthur Mutharika funda novo partido, o *Democratic Progress Party* (DPP).

2009: Arthur Mutharika é reeleito Presidente pelo DPP.

2012: Mutharika morre de ataque cardíaco. Joyce Banda assume a Presidência.

2014: Peter Mutharika, irmão do ex-presidente Arthur Mutharika, vence Joyce Banda e assume a Presidência.

2020: Apesar da anulação das eleições em 2019, opositor Lazarus Chakwera assume a Presidência.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Outra Parte	Celebração	Status	Envio Congresso	Promulgação
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi.	Malawi	10/05/2017	Em Vigor		30/06/2017
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.	Malawi	10/05/2017	Tramitação Congresso Nacional	22/11/2017	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Malawi sobre a Facilitação da Concessão de Vistos de Negócios	Malawi	10/05/2017	Em Vigor		16/06/2017
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Malawi sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.	Malawi	10/05/2017	Em Vigor		16/06/2017
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Maláui	Malawi	25/06/2015	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)	19/01/2016	
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Maláui	Malawi	16/09/2009	Em Vigor	12/04/2010	08/02/2013

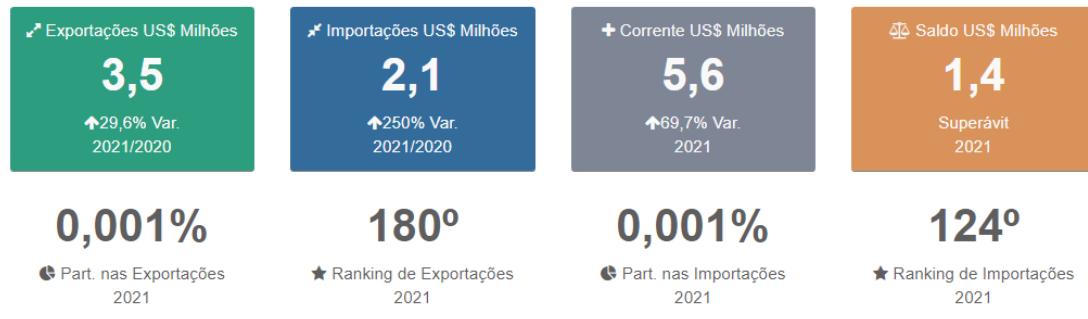
COMÉRCIO BILATERAL

Balança comercial do Brasil com o Malawi em 2021

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Malavi

Jan-Ago / 2022

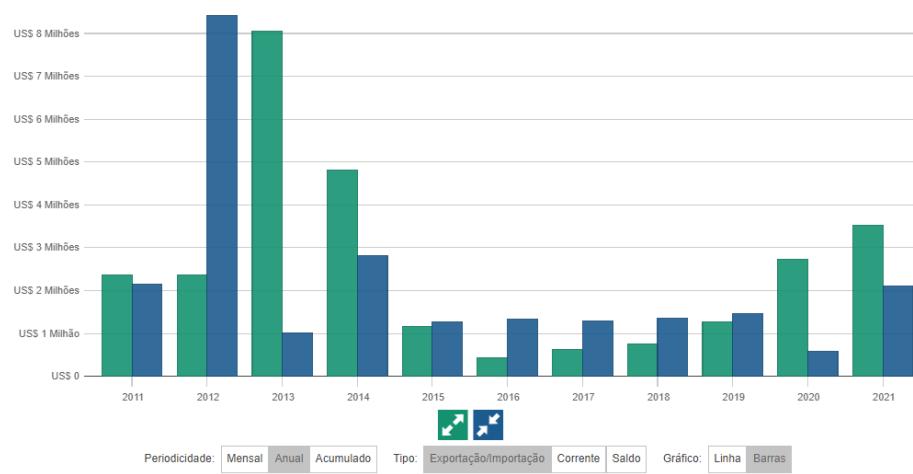
2021



Série histórica - Parceiro: Malavi

Total

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas



Periodicidade: Mensal Anual Acumulado

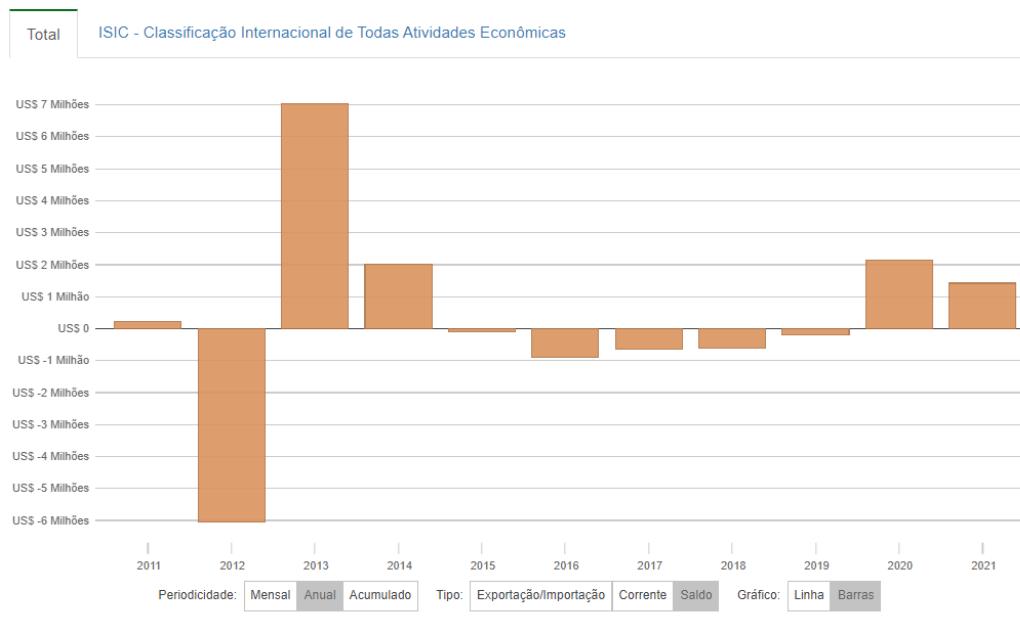
Tipo: Exportação Importação Corrente Saldo

Gráfico: Linha Barra

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Saldo comercial do Brasil com o Malawi em 2021

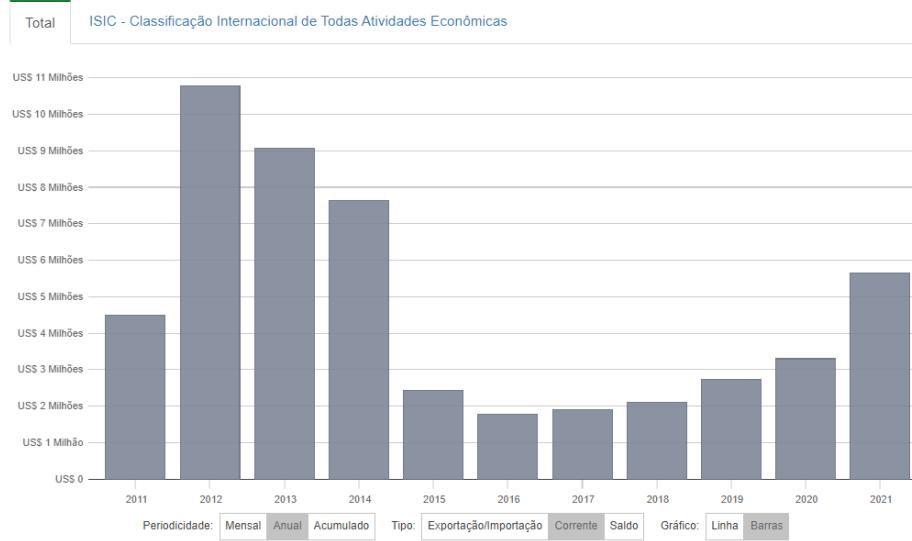
Série histórica - Parceiro: Malavi



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Corrente de comércio do Brasil com o Malawi em 2021

Série histórica - Parceiro: Malavi



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

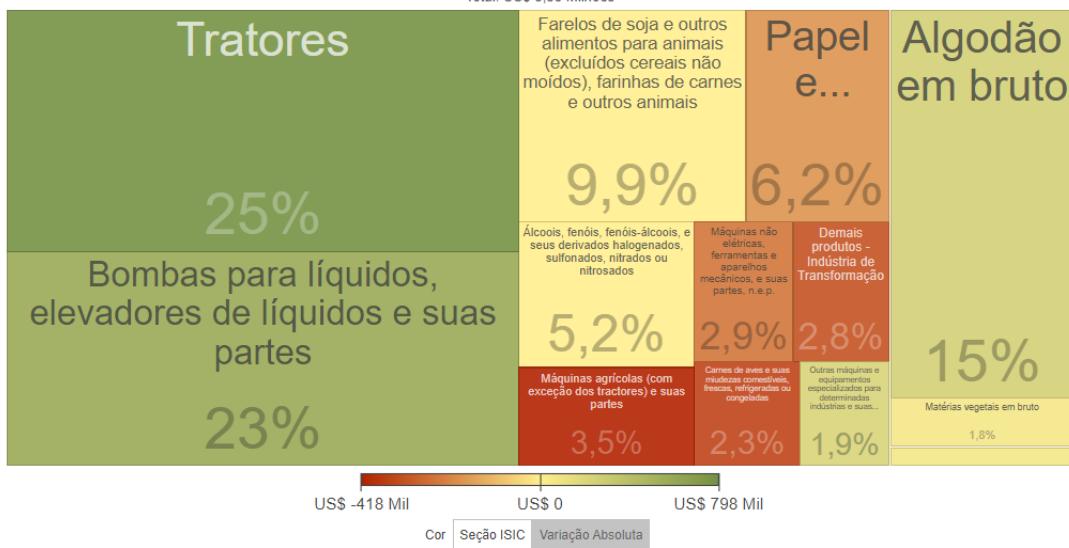
Produtos exportados pelo Brasil ao Malawi em 2021

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Malavi

Jan-Ago / 2022

2021

Total: US\$ 3,53 Milhões



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Produtos importados pelo Brasil do Malawi em 2021

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Malavi

Jan-Ago / 2022

2021

Total: US\$ 2,11 Milhões

Tabaco, descaulificado ou desnervado

97%

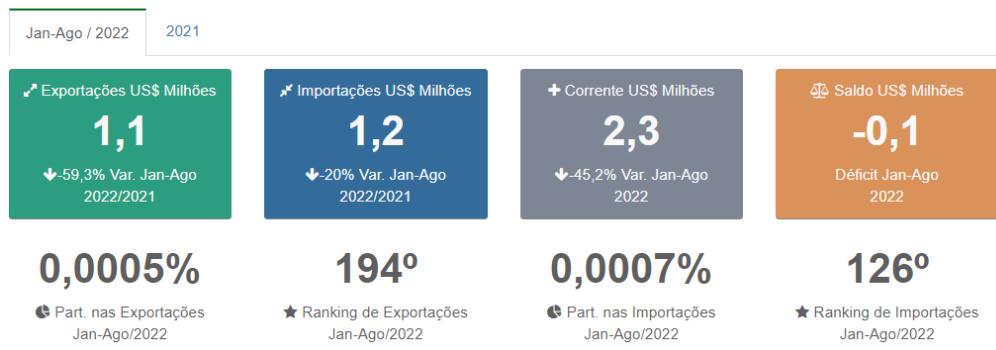
US\$ 0 US\$ 293 Mil US\$ 586 Mil US\$ 880 Mil US\$ 1,17 Milhão US\$ 1,47 Milhão

Cor Seção ISIC Variação Absoluta

*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Balança comercial do Brasil com o Malawi de janeiro agosto de 2022

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Malavi



Produtos exportados pelo Brasil do Malawi de janeiro a agosto de 2022

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Malavi



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Produtos importados pelo Brasil do Malawi de janeiro a agosto de 2022

Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Malawi

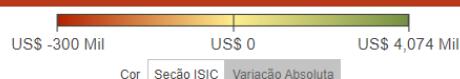
Jan-Ago / 2022

2021

Total: US\$ 1,24 Milhão

Tabaco, descaulificado ou desnervado

99,4%

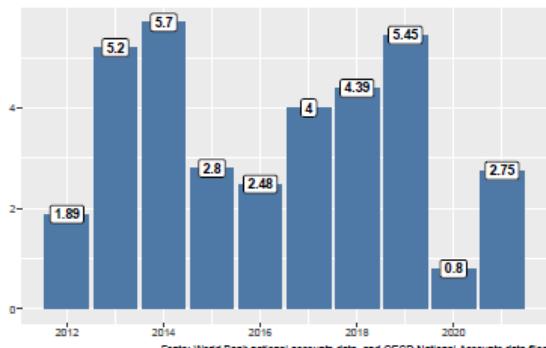


*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

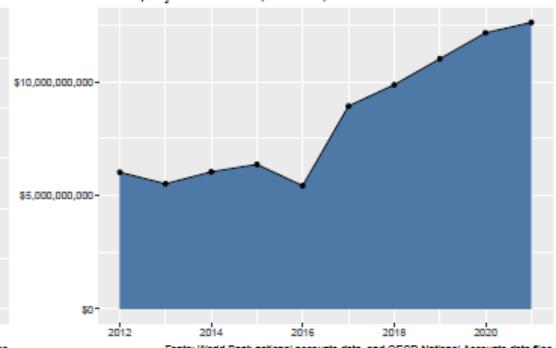
DADOS ECONÔMICOS

Produto Interno Bruto

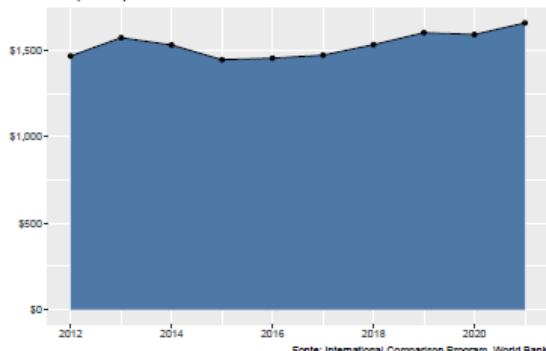
Crescimento anual do PIB



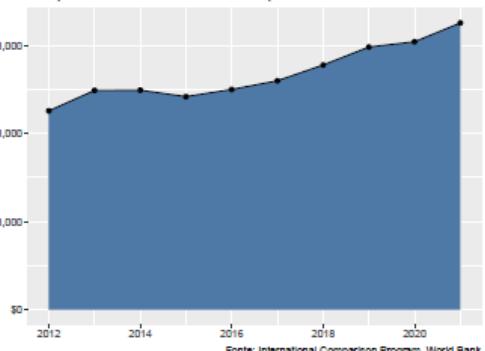
PIB a preços correntes (em USD)



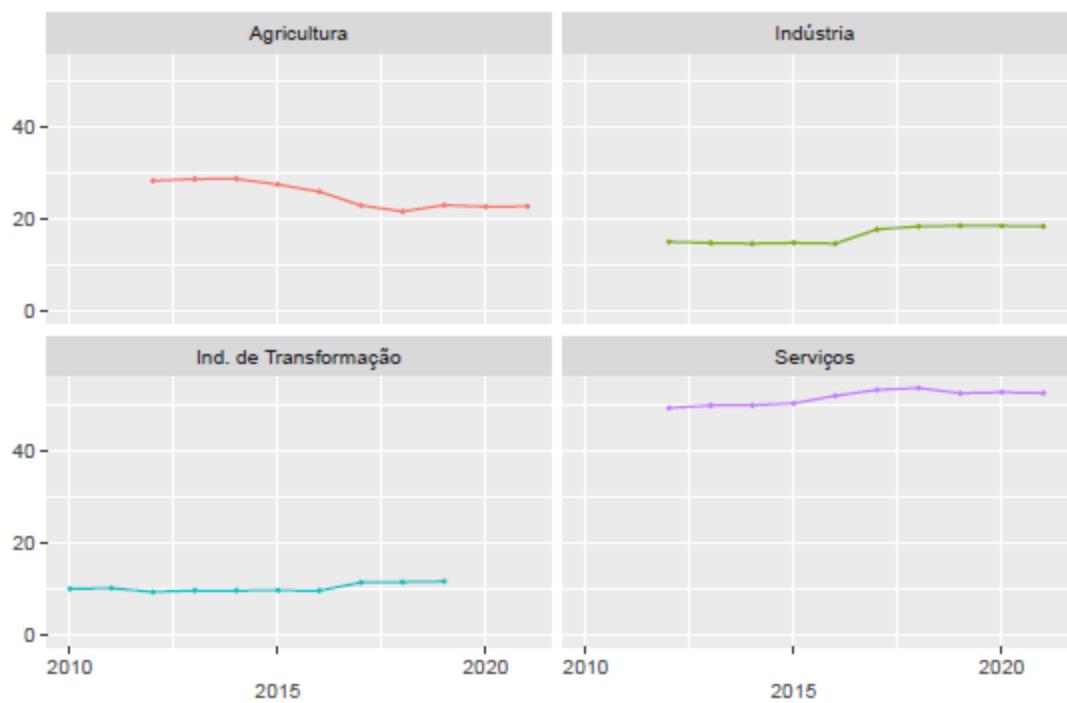
PIB per Capita



PIB por Paridade de Poder de Compra

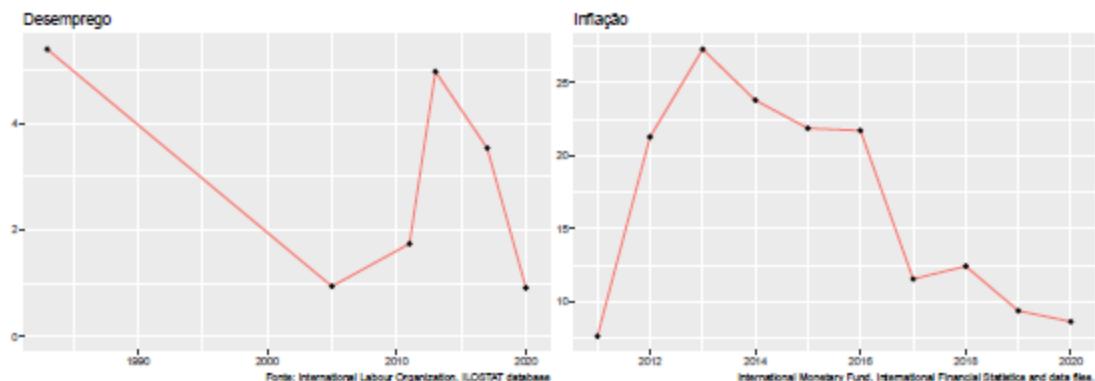


Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego



Indicadores de Investimento

Formação Bruta de Capital Fixo



Poupança Interna

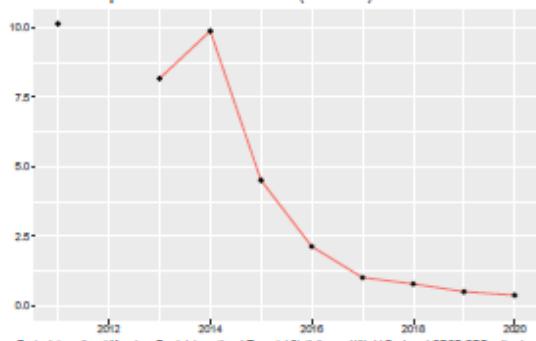


World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files.

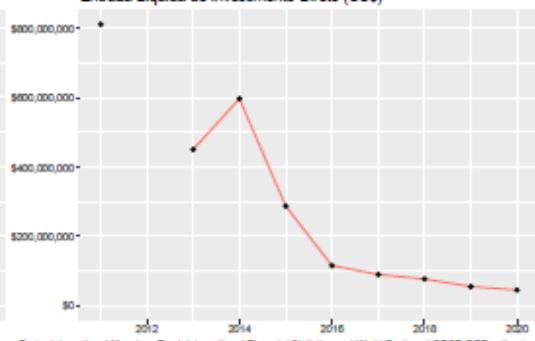
Fluxo de Investimentos

Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



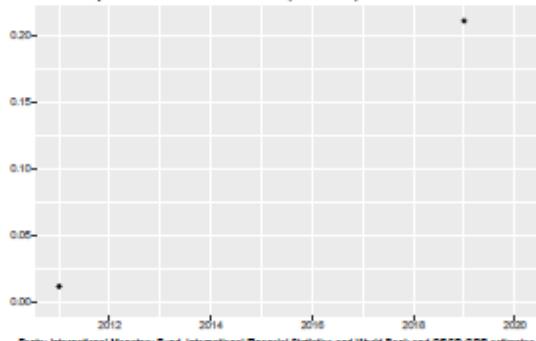
Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

Entrada Líquida de Investimento Direto (US\$)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

Saída Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

Saída Líquida de Investimento Direto (US\$)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

Indicadores de Solvência Externa

